ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Título do capítulo	**INTRODUÇÃO**
Autor(es)	José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho Zenaide Rodrigues Ferreira
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350820intro

Título do livro	**Agricultura Brasileira: da porteira para dentro e de fora para o mundo**
Organizadores	José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho Zenaide Rodrigues Ferreira
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2025
Edição	1a
ISBN	9786556350820
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350820

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2025
© Nações Unidas 2025
LC/BRS/TS.2025/1

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: https://repositorio.ipea.gov.br/ e https://www.cepal.org/es/publications

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou as dos países que representa.

Os limites e os nomes que figuram nos mapas desta publicação não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas. Os Estados-membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir este estudo sem autorização prévia. É solicitado, apenas, que mencionem a fonte e informem à CEPAL sobre essa reprodução.

Este estudo foi elaborado no âmbito do Programa Executivo de Cooperação entre a CEPAL e o Ipea.

INTRODUÇÃO

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho[1]
Zenaide Rodrigues Ferreira[2]

A dinâmica extraordinária da agropecuária brasileira ao longo das últimas décadas esteve pautada em sucessivos ganhos de produtividade resultantes da combinação de inúmeros fatores. De importador líquido de alimentos, o Brasil deixou para trás uma agricultura rudimentar e primitiva para se tornar uma agricultura moderna, bem como um dos mais importantes *players* mundiais na produção de alimentos e energia. As mudanças estruturais verificadas ao longo desse processo são fontes inesgotáveis de análises que buscam entender e interpretar suas implicações nas projeções futuras, considerando as exigências no âmbito da segurança alimentar e da sustentabilidade.

Verifica-se que a agricultura brasileira foi inserida em um contexto de concorrência tipicamente schumpeteriana, particularmente após os anos 1990, visto que as inovações tecnológicas eram cruciais para garantir sua competitividade e até mesmo a sobrevivência deste setor. Como resposta, a complexidade das cadeias produtivas aumentou de forma significativa, devido à intensa incorporação de insumos tecnológicos, como defensivos agrícolas, adubos químicos, sementes geneticamente modificadas e mecanização, resultando em uma inegável agregação de valor ao produto final. Nesse processo de modernização, destaca-se ainda o papel estratégico das políticas governamentais, cristalizadas pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, e pelas políticas de crédito específicas para o setor agropecuário, bem como seguro e extensão rural.

Visando estimular novas reflexões sobre a sísmica transformação ocorrida na agricultura brasileira, este livro reúne quinze capítulos com importantes discussões em torno de questões contemporâneas, abordando temas como produção, competitividade, produtividade, infraestrutura, inflação, comércio exterior, política cambial, sustentabilidade, crédito, gastos públicos e políticas de fomento setorial. A coletânea de textos foi cuidadosamente selecionada, originando-se dos

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea); e professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ipea. *E-mail*: jose.vieira@ipea.gov.br.

2. Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Núcleo de Estudos de Economia Agrícola (ne2agro) na Dirur/Ipea; e professora adjunta de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Distrito Federal (Ibmec-DF). *E-mail*: zenaide.r.ferreira@gmail.com.

produtos entregues no âmbito do Programa Executivo de Cooperação entre a CEPAL e o Ipea, além de incluir outros textos pertinentes à discussão proposta.

Essa compilação representa uma significativa contribuição para o debate sobre a produção agropecuária no Brasil e está organizada em quatro partes. A primeira parte, *Agregação de valor e competitividade*, apresenta os fatores essenciais para o entendimento de que a agricultura brasileira é baseada na agregação de valor, e como questões estratégicas, como infraestrutura e outras políticas econômicas, são importantes para garantir a dinâmica setorial. A segunda parte, *Comércio exterior*, traz um panorama do setor agroexportador brasileiro de forma individual e comparada, esta última utilizando indicadores de competitividade e especialização do comércio internacional, bem como explorando implicações inerentes às suas relações bilaterais de comércio.

A terceira parte, *Sustentabilidade produtiva*, apresenta estudos relacionados a indicadores de sustentabilidade ambiental, abordando importantes questões como preservação dos recursos naturais, produção por emissão, crescimento econômico e papel das políticas públicas na promoção de práticas conservacionistas. Por fim, a quarta parte, *Políticas públicas e desenvolvimento*, concentra-se no papel de políticas públicas de gastos para o setor rural. Estas políticas têm impactado a eficiência e eficácia do desempenho do setor agrícola.

PARTE 1 – AGREGAÇÃO DE VALOR E COMPETITIVIDADE

Na primeira parte, o capítulo 1, intitulado *Os mitos do desenvolvimento da cadeia produtiva de soja*, de autoria de José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, mostra a importância da produção de soja no Brasil, examinando três conjuntos de dados: a cadeia produtiva da soja e seu valor agregado, os índices regionais de produção e desenvolvimento humano, e o comércio internacional e segurança alimentar. O capítulo desmente três mitos: i) a produção de soja gera baixo valor agregado; ii) seu crescimento tem pouco impacto no desenvolvimento local; e iii) o aumento das exportações prejudica a segurança alimentar nacional. A soja é um insumo estratégico em diversas cadeias produtivas, além de atrair população, trabalho especializado e incorporar ciência e tecnologia no campo. Verificou-se também o aumento do consumo *per capita* dos diversos produtos alimentícios derivados da cadeia da soja, mesmo com o crescimento das exportações no mercado internacional.

No capítulo 2, intitulado *O desenvolvimento do agronegócio em Mato Grosso*, José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Eliana Teles Bastos, Mirian Rumenos Piedade Bacchi e Constanza Valdes analisaram a importância do estado de Mato Grosso na agricultura brasileira, em termos de sua contribuição para o crescimento e a inovação, particularmente com base nos dados sobre

produtividade total dos fatores (PTF). Os autores discutiram o papel de alguns municípios na arrecadação fiscal, bem como o impacto do projeto EF-170 (Ferrogrão) na dinâmica produtiva regional, mostrando como os investimentos em infraestrutura, nesta região, podem melhorar o crescimento produtivo com maior sustentabilidade, além de impulsionar as receitas fiscais nos polos agrícolas municipais.

No capítulo 3, intitulado *O agronegócio e as ferrovias*, Thaís de Aragão Oliveira Araripe Palmeira Dias e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho destacaram os avanços e dificuldades de infraestrutura enfrentados pelo agronegócio brasileiro, tratando especificamente do contexto das ferrovias e do arcabouço jurídico envolvido. Em uma análise sobre a legislação ferroviária, indicou-se que o setor privado poderia ter um papel mais ativo na construção de projetos ferroviários, assumindo riscos próprios. Isso ajudaria a superar os gargalos de infraestrutura e reduzir a dependência do financiamento público. Essa colaboração impulsionaria o desenvolvimento do agronegócio e melhoraria a eficiência operacional do país, promovendo um ambiente econômico mais favorável e oferecendo uma alternativa sustentável para o desenvolvimento nacional.

O impacto dos preços internacionais nos preços domésticos de alimentos no Brasil é abordado no capítulo 4, por Leonardo Chaves Borges Cardoso e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho. O título deste capítulo é *Inflação de alimentos no Brasil*. A partir de dados coletados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) para o período de 2000 a 2023 em nove regiões metropolitanas, mostrou-se o aumento líquido nos preços agregados de alimentos no Brasil após aumentos no dólar e nos preços internacionais de alimentos. No entanto, não houve evidências de que os preços do petróleo e a atividade econômica tenham impactado os preços dos alimentos domésticos nesse período. Os resultados encontrados foram consistentes nas diferentes regiões metropolitanas analisadas.

PARTE 2 – COMÉRCIO EXTERIOR

Na segunda parte, o capítulo 5, intitulado *Exportações e importações agropecuárias*, de Rogério Edivaldo Freitas propõe uma análise geral sobre a mensuração da participação dos diferentes grupos de produtos agropecuários nas exportações e de importações entre 1989 e 2022, identificando eventuais mudanças de perfil ao longo do período. Tal análise é comparada com projeções de oferta e demanda mundial de alimentos até 2030, levantando, simultaneamente, fatores críticos para a *performance* brasileira, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, questões fitossanitárias, eventos climáticos e restrições relacionadas a acordos bilaterais.

O capítulo 6, intitulado *Barreiras comerciais e competitividade: o caso argentino*, de autoria de Zenaide Rodrigues Ferreira e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, realizou um diagnóstico do uso de tarifas de exportações nos países da América Latina, bem como avaliou as fontes de crescimento das exportações dessa região, com ênfase particular na experiência argentina. As evidências mostraram que o uso de políticas comerciais intervencionistas reduz a competividade dos setores dinâmicos da economia, podendo causar padrões ineficientes de produção, consumo e alocação de recursos, como foi o caso da Argentina.

No capítulo 7, *Inserção comercial do setor agropecuário brasileiro*, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Zenaide Rodrigues Ferreira realizaram uma análise de indicadores de especialização no comércio internacional para os países da América Latina, no período de 2000 a 2021. De forma complementar, os Estados Unidos foram incluídos para se ter maior base de comparação, uma vez que esta economia é forte na produção de produtos agropecuários, rivalizando com a produção dos demais países estudados. O Brasil liderou os indicadores de especialização de comércio para diferentes grupos de produtos analisados, tornando-se uma economia mais competitiva com o passar do tempo.

Encerrando a segunda parte, Edward Martins Costa e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, no capítulo 8, *Agronegócio, política cambial e impacto no saldo comercial*, investigaram os efeitos das mudanças na taxa de câmbio real sobre a balança comercial em relação ao Brasil com a China, os Estados Unidos, a União Europeia e a Argentina. Especificamente, os autores testaram nessas relações bilaterais a abordagem teórica conhecida como curva J, mostrando, após uma depreciação da moeda, se haveria piora da balança comercial no curto prazo e, *a posteriori*, uma melhora no longo prazo. Os resultados sugeriram, em geral, que não há suporte para a curva J bilateral do agronegócio brasileiro, excetuando-se a União Europeia com resultados ambíguos.

PARTE 3 – SUSTENTABILIDADE PRODUTIVA

Na terceira parte, no capítulo 9, intitulado *Produção e sustentabilidade produtiva*, Zenaide Rodrigues Ferreira e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho apresentaram dois indicadores de sustentabilidade produtiva do agronegócio em um comparativo internacional considerando as principais economias agroexportadoras. Um indicador é baseado no crescimento da produtividade total dos fatores (PTF), incluindo as emissões de gases de efeito estufa (GEEs). O outro indicador é baseado no efeito poupa-florestas (EPF). Os resultados sugeriram que é possível, simultaneamente, aumentar a produtividade agrícola e reduzir as emissões de GEEs, protegendo florestas, a exemplo do Brasil, que liderou os indicadores no âmbito da comparação proposta.

O capítulo 10, *O plantio direto e o sistema de crédito rural*, de autoria de Tiago Santos Telles e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, buscou investigar a importância do crédito rural na promoção de uma agricultura sustentável. Particularmente, o capítulo analisou como o subprograma de incentivo à adoção do Sistema de Plantio Direto (SPD), dentro do Programa ABC, contribuiu para a expansão da agricultura conservacionista no Brasil, tendo como referência o período entre os dois últimos censos agropecuários. Em que pese o resultado positivo encontrado para a análise proposta, os autores reforçam que os recursos destinados ao Programa ABC e ao subprograma SPD estiveram aquém do que seria esperado para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira.

Finalizando a terceira parte, no capítulo 11, *Crescimento econômico e emissão de gases de efeito estufa*, Francisco José Silva Tabosa e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho testaram, para o Brasil, no período pós-Plano Real, a abordagem ambiental de Kuznets. A Curva de Kuznets Ambiental verificou a existência de uma relação em U invertido para a emissão de CO_2 e o produto interno bruto (PIB) *per capita*, este utilizado como *proxy* para medir crescimento econômico. Os autores mostraram que as emissões futuras foram influenciadas pelos seus comportamentos no passado, tanto para as emissões totais quanto para as agrícolas; contudo, com taxas marginais decrescentes. Para as emissões totais, a hipótese da Curva de Kuznets Ambiental foi verificada, ao contrário do que ocorreu no teste para as emissões agrícolas.

PARTE 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Na quarta parte, o capítulo 12, *Impacto dos gastos públicos na renda, produtividade e emprego*, de autoria de Carlos Otávio de Freitas e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, buscou identificar o impacto dos gastos públicos em agricultura no valor da produção, na produtividade da terra e no nível de emprego do setor agropecuário nos municípios brasileiros, considerando o Censo Agropecuário de 2017. A direção encontrada para este efeito foi positiva para as três variáveis de desempenho consideradas, exceto para os municípios que apresentaram limitações financeiras, uma vez que são aqueles que dependem de maior intervenção dos mecanismos governamentais para fomentar a atividade agropecuária. Isso demonstra a importância de realizar análises mais acuradas quanto à eficiência no uso dos recursos públicos aplicados ao setor agropecuário.

Érica Basílio Tavares Ramos e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, no capítulo 13, intitulado *Análise do efeito do crédito rural entre pequenos e médios produtores*, mostraram como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) impactou positivamente a eficiência técnica da produção agropecuária brasileira, considerando o Censo Agropecuário de 2017. Os autores

alertaram, no entanto, como essa eficiência foi menor nas regiões com menor proporção de crédito do Pronamp, como no norte de Minas Gerais e na região Nordeste. Os estímulos às instituições de fomento produtivo nas regiões menos eficientes são importantes, desde que seja levada em consideração a tradução desses recursos em maior acesso e adaptação a novas tecnologias por parte dos produtores.

O capítulo 14, *O crédito rural empresarial*, de José Garcia Gasques, tratou do crédito rural, particularmente do crédito empresarial, discutindo sua eficácia sobre as variáveis da produtividade total dos fatores (PTF), do valor bruto da produção (VBP) das lavouras e do produto interno bruto (PIB) do agronegócio. Os resultados mostraram que o crédito empresarial tem sido eficaz, o que pôde ser verificado por sua relação com o VBP das lavouras e a PTF. A análise indicou um aumento da eficácia do crédito ao longo dos anos 1990, ocorrido devido à interação deste com outras políticas, como pesquisa e preços agrícolas. Por ser capaz de liderar uma combinação ótima de recursos, resultando em maior renda para os produtores, estudos sobre linhas específicas do crédito rural são de grande relevância para o aperfeiçoamento dessa política pública.

Fechando a quarta parte, o capítulo 15, intitulado *Fundos constitucionais e desenvolvimento agropecuário regional*, de autoria de Adriana Carvalho Pinto Vieira e Divina Aparecida Leonel Lunas, apresenta uma análise qualitativa sobre os fundos constitucionais e seus impactos sobre as atividades produtivas do agronegócio nos estados brasileiros. Os resultados evidenciaram que o desenho das políticas para o setor rural, vinculadas às instituições públicas de financiamento, alavancou o setor e criou um cenário positivo para as cadeias produtivas com uma inserção cada vez mais acelerada em novos mercados consumidores mundiais.

Portanto, não há dúvidas de que os trabalhos reunidos nesta coletânea contribuem significativamente para uma compreensão mais aprofundada e detalhada das transformações ocorridas na agropecuária brasileira. Os estudos representam um recurso valioso para informar e aprimorar as políticas públicas, utilizando seus resultados como base. Com um diagnóstico setorial sólido e avaliações científicas precisas das políticas, torna-se viável otimizar as intervenções existentes ou até mesmo desenvolver novos instrumentos para mitigar as imperfeições de mercado. Nesse sentido, os estudos apresentados nesta coletânea oferecem uma boa fotografia. Assim, convidamos todos os interessados a explorar e aproveitar este vasto conjunto de informações.